EDITAL Nº 30/2025

EDITAL Nº 30/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, DA SOCIEDADE CIVIL, DO SETOR PRIVADO E DA ACADEMIA PARA INTEGRAREM O COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ABERTOS (CGINDA).

A **SECRETÁRIA DE INTEGRIDADE PÚBLICA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**, com fundamento nos arts. 25 e 26 do Anexo I ao Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023, com base na Portaria nº 164, de 30 de agosto de 2024, considerando ainda o que consta do processo Administrativo nº 00190.103568/2024-77, torna público o processo seletivo para preenchimento de 6 (seis) vagas no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos no presente edital.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo, regido por este Edital, tem por finalidade o preenchimento, por representações da sociedade civil, de 6 (seis) vagas no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), responsável pela gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

1.2 Os assentos no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), objetos deste processo seletivo, serão ocupados por representantes de organizações envolvidas em ações de transparência, dados abertos e governança de dados distribuídos conforme as categorias abaixo:

a) 4 (quatro) vagas para organizações da sociedade civil ou terceiro setor, com experiência comprovada em projetos de transparência governamental e/ou fomento ao controle social que reutilizem dados abertos governamentais em s e u desenho e/ou execução, bem como para organizações do setor privado com experiência comprovada no desenvolvimento de produtos provenientes da economia digital no país que desenvolvam produtos com o reuso de dados abertos governamentais; e

b) 2 (duas) vagas para organizações de pesquisa ou grupos de pesquisa acadêmicos dedicados a projetos relacionados com os temas definidos no art. 1º do Decreto nº 8.777/2016.

1.3 Os representantes indicados das organizações listadas nos tópicos do item 1.2 deverão comprovar experiência em projetos de pesquisa, ações ou atividades relacionadas a dados abertos ou que fazem reuso de dados abertos governamentais, nos termos do § 2º do art. 6º da IN nº 47/2025.

1.4 A comprovação de que trata o item 1.3 poderá ser feita por meio de:

a) Portfólio de projetos executados ou em andamento, com descrição das atividades realizadas, resultados alcançados e a relação com dados abertos;

b) Declarações ou atestados emitidos por entidades públicas ou privadas que validem a participação do interessado em iniciativas relacionadas a dados abertos;

c) Publicações técnicas ou científicas, estudos de caso, ou relatórios que demonstrem conhecimento e atuação no tema;

d) Outros documentos pertinentes que evidenciem a experiência do candidato no tema de dados abertos.

1.5 Não havendo oferta de candidaturas em número suficiente nos grupos identificados em a e b do item 1.2, eventual vaga não ocupada poderá ser redistribuída na outra categoria.

1.6 Para efeitos deste Edital, considera-se:

a) Dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, e m formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica;

b) Organização ou grupo de pesquisa acadêmico: organização de docentes vinculada a instituição de pesquisa ou de ensino superior, inclusive seus laboratórios, centros ou núcleos de pesquisa;

c) Organização do setor privado: pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins lucrativos constituída sem participação do setor público;

d) Organização da sociedade civil: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob a forma de organização, associação ou fundação; e

e) Organização do terceiro setor: pessoas jurídicas de direito privados sem fins lucrativos, não integrante da administração pública e que prestam serviços públicos, com ou sem o recebimento de recursos públicos.

1.7 O processo seletivo será composto por duas etapas: inscrição e seleção.

1.8 A inscrição para participação no processo seletivo implica o pleno conhecimento e a aceitação das disposições deste Edital e da legislação pertinente.

1.9 A realização do processo seletivo ficará a cargo de Comissão de Seleção designada especificamente para este fim pela Secretária de Integridade Pública (SIP) da Controladoria-Geral da União.

1.10 A Comissão de Seleção será composta por 5 (cinco) servidores em exercício na Secretaria de Integridade Pública (SIP).

1.11 Os trabalhos da Comissão de Seleção e todas as fases do processo seletivo poderão ser acompanhados por meio do site da Controladoria-Geral da União, no seguinte endereço eletrônico: <https://dados.gov.br>.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 Poderão se inscrever para participar do processo seletivo organizações e instituições que comprovem ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de funcionamento no território brasileiro e atendam ao disposto no item 1.2.

2.2 Para a realização da inscrição, a entidade ou organização deverá preencher formulário eletrônico, por meio do qual encaminhará arquivos digitalizados dos seguintes comprovantes:

- a) cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) cópia de documento de constituição ou indicação da diretoria, da presidência ou da coordenação-geral atual da representação;
- c) cópia de documentos que comprovem a vinculação à instituição de pesquisa ou de ensino superior e de documentos que indiquem a coordenação da organização ou grupo, no caso de entidades civis que se inscreverem na categoria pesquisadores; e
- d) formulários (Anexos II e III do Edital) preenchidos e assinados pelo(a) representante legal da representação da sociedade civil.

2.3 A documentação indicada no item 2.2 deverá ser enviada digitalmente ao endereço eletrônico dadosabertos@cgu.gov.br com o título “Documentos para processo seletivo simplificado (CGINDA)”.

2.4 A inscrição só será efetivada com a apresentação de todos os documentos mencionados no item 2.2. A não apresentação de quaisquer documentos relacionados implicará a desclassificação automática.

III – DA SELEÇÃO

3.1 A análise dos documentos enviados pelas entidades e organizações será realizada pela Comissão mencionada no item 1.9 deste Edital.

3.2 A inscrição que contiver informações falsas, não atender aos requisitos ou incorrer nas vedações estabelecidas neste Edital será invalidada.

3.3 A Comissão poderá requerer à representação, a qualquer tempo, durante o processo seletivo, informações complementares sobre os dados apresentados no ato da inscrição.

3.4 Caso as informações complementares não sejam enviadas em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação da Comissão, a organização será excluída do processo seletivo.

IV – DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

4.1 Os projetos ou as pesquisas deverão ser apresentados no formato previsto no Anexo III deste Edital e serão avaliados conforme as categorias informadas no ato da inscrição, com base na documentação apresentada.

4.2 Para fins do processo seletivo, serão considerados projetos ou pesquisas as iniciativas, realizadas individualmente ou por meio de parcerias, com horizonte temporal delimitado ou de caráter continuado, que tenham temas aderentes aos propósitos do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), com resultados mensuráveis e passíveis de comprovação.

4.2.1. Os documentos comprobatórios de que trata o item 1.4 deverão limitar-se a 5 (cinco) ao todo, sendo considerados para análise projetos, ações ou atividades realizadas no período compreendido entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024.

4.2.2. Uma mesma organização não poderá inscrever o mesmo projeto ou pesquisa em mais de uma categoria, sob pena de eliminação da candidatura.

4.2.3. Serão desconsiderados projetos ou pesquisas não aderentes aos objetivos dispostos no Decreto nº 8.777/2016 e demais normativos que regem a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

4.3 Os projetos ou pesquisas serão avaliados conforme os critérios abaixo:

Qualidade e Impacto Mensurável da Ação, Atividade, Projeto ou Pesquisa	Pontuação
Evidências de uso, reutilização ou adoção dos dados abertos por terceiros (ex.: criação de aplicativos, serviços, pesquisas)	Até 5 (cinco) pontos
Métricas quantitativas (<i>downloads</i> , acessos, melhorias no serviço público)	Até 5 (cinco) pontos
Aplicação de boas práticas em publicação e qualidade dos dados (uso de formatos abertos, metadados padronizados, etc.).	Até 5 (cinco) pontos

4.4 Será atribuída pontuação 0 (zero) para participantes que não cumprirem os critérios estabelecidos, e 5 (cinco) para aqueles que os cumprir plenamente.

4.5 A nota final de cada projeto ou pesquisa será composta pela soma da pontuação obtida em cada item do critério definido no item 4.4.

4.6 A nota final da organização ou instituição, em cada categoria, será composta pela média simples das notas finais de cada projeto ou pesquisa, na respectiva categoria, submetido no ato da inscrição, observado o disposto nos subitens 4.2.2 e 4.2.3.

V - DO RESULTADO DA SELEÇÃO

5.1 Serão consideradas selecionadas as organizações que obtiverem a maior nota final para a categoria a que concorrerem, observado o número de vagas.

5.2 Em caso de empate, serão observados os seguintes critérios para definição da seleção, na ordem abaixo:

a) maior número de projetos válidos;

b) maior tempo de funcionamento da representação em território brasileiro.

5.2.1. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

5.3 O resultado provisório da seleção será divulgado no endereço eletrônico <https://dados.gov.br>, cabendo recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua publicação.

5.4 Somente será considerada uma inscrição por instituição ou organização.

5.4.1 No caso de submissão de mais de uma inscrição pela mesma instituição ou organização, será considerada apenas a última enviada.

5.5 O resultado definitivo da seleção será divulgado no endereço eletrônico <https://dados.gov.br>.

5.6 Em caso de desistência, será convocada a instituição ou organização que obtiver a melhor nota final entre as não selecionadas originalmente no número de vagas.

5.7 Após a designação do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA) e ao longo de sua atuação, a instituição ou organização que renunciar ao cargo será substituída pelo candidato deste processo seletivo que obtiver a maior nota final e que não tenha sido convocado.

VI – DA INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA O CONSELHO

6.1 Cada organização selecionada para compor o Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA) deverá indicar os seus membros, titular e suplente, para ocuparem a vaga respectiva, no prazo estabelecido no calendário anexo a este Edital.

6.2 Os membros indicados pelas organizações selecionadas para compor o Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), titular e suplente, não poderão acumular a representação de mais de uma entidade selecionada.

6.3 A indicação deverá ser realizada pelas organizações selecionadas unicamente por meio de mensagem eletrônica enviada ao endereço dadosabertos@cgu.gov.br referenciando o título “Indicação de membros para processo seletivo simplificado (CGINDA)”, informando nome completo, data de nascimento, número do documento de identidade, CPF, comprovante de vínculo com a representação, telefone, endereço e endereço eletrônico dos representantes, titular e suplente, que comporão o Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA).

6.4 Os representantes indicados pela sociedade civil para ocupar vaga no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA) serão designados mediante ato do Ministro da Controladora-Geral da União, publicado no Diário Oficial da União.

6.5 As representações da sociedade civil eleitas serão representadas no Comitê por um período de 3 (três) anos, contados da data da publicação do ato de designação, sendo vedada a recondução.

6.6 A permanência dos membros titulares e suplentes das organizações selecionadas no Conselho fica condicionada ao cumprimento dos requisitos constantes no item 6.3 deste Edital.

6.7 As organizações poderão, a qualquer tempo, solicitar a substituição do seu representante, devendo apresentar, em relação ao substituto, todas as informações solicitadas no item 6.3 deste Edital.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os esclarecimentos e informações complementares necessários à aplicação dos termos deste Edital poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico <https://dados.gov.br> ou do e-mail dadosabertos@cgu.gov.br.

7.2 Os casos omissos relativos ao processo seletivo serão decididos pela Comissão de Seleção.

Brasília, DF

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA - SECRETÁRIA DE INTEGRIDADE PÚBLICA

ANEXO I – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Atividade	Data
Abertura das inscrições	28/04/2025
Encerramento das inscrições	23/05/2025
Divulgação do resultado provisório	09/06/2025
Fase recursal	10/06/2025 a 14/06/2025
Resultado definitivo	25/06/2025
Indicação dos representantes pelas entidades selecionadas	30/06/2025

ANEXO II - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. Categoria de participação (assinale a opção escolhida):

Categoria I: organização da sociedade civil ou do terceiro setor, com experiência comprovada em projetos de transparência governamental e/ou fomento ao controle social que reutilizem dados abertos governamentais em seu desenho e/ou execução; ou organização do setor privado com experiência comprovada no desenvolvimento de produtos provenientes da economia digital no país que desenvolvam produtos com o reuso de dados abertos governamentais.
--

Categoria II: organização de pesquisa ou grupo de pesquisa acadêmicos dedicados a projetos relacionados com os temas definidos no art. 1º do Decreto nº 8.777/2016.

2. Dados da organização:

Nome
Tempo de funcionamento (<i>anos</i>)
CNPJ
Endereço completo (<i>endereço, cidade, estado, CEP</i>)
Número do(s) telefone(s) (<i>com DDD</i>)
Endereço eletrônico institucional (<i>e-mail</i>)
Endereço eletrônico da página da internet da entidade ou organização (<i>caso exista</i>)

3. Dados do(a) representante legal da organização ou nome do pesquisador ou do coordenador(a) do grupo de pesquisa:

Nome completo (<i>sem abreviação</i>):
Data de nascimento (<i>dd/mm/aaaa</i>):
Documento de identidade (<i>número e órgão expedidor</i>):
Número do CPF (<i>Cadastro de Pessoas Físicas</i>):
Telefone(s) (<i>incluindo o DDD</i>):
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):

4. Descrição sintética das atividades realizadas pela entidade ou organização:

5. Foram digitalizados e serão encaminhados por meio eletrônico, além deste formulário, os seguintes documentos:

a) Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

- b) Cópia de documento de constituição ou indicação da diretoria, da presidência ou da coordenação-geral atual da organização;
- c) Cópia de documentos que comprovem a vinculação a instituição de pesquisa ou de ensino superior e de documentos que indiquem a coordenação da organização ou grupo, no caso de representações da sociedade civil que se inscreverem como pesquisadores; e
- d) Formulário(s) de projeto preenchido(s) e assinado(s) pelo(a) representante legal da representação da sociedade civil ou coordenador(a) do grupo de pesquisa, específicos para a categoria selecionada.

DECLARAÇÃO: "Atesto a veracidade das informações descritas neste formulário de inscrição e me declaro ciente que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei".

Assinatura do(a) Representante Legal
CPF:

ANEXO III - FORMULÁRIO DE PROJETO

Processo seletivo de representações da sociedade civil para comporem o **Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)**.

1. Categoria de participação: assinale a opção escolhida:

Categoria I: projeto desenvolvido por organização da sociedade civil ou terceiro setor, com experiência comprovada em projetos de transparência governamental e/ou fomento ao controle social que reutilizem dados abertos governamentais em seu desenho e/ou execução; ou por organização do setor privado com experiência comprovada no desenvolvimento de produtos provenientes da economia digital no país que desenvolvam produtos com o reuso de dados abertos governamentais.
--

Categoria II: projeto desenvolvido por organização de pesquisa ou grupos de pesquisa acadêmicos dedicados a projetos relacionados com os temas definidos no art. 1º do Decreto nº 8.777/2016.

2. Identificação do Projeto:

Nome
Objetivos

3. Duração do Projeto (para projetos em andamento, considerar data final como dezembro de 2024):

Data inicial (mês/ano)
Data final (mês/ano)

4. Evidências de uso, reutilização ou adoção dos dados abertos por terceiros:

5. Métricas quantitativas (*downloads*, acessos, melhorias no serviço público):

6. Aplicação de boas práticas em publicação e qualidade dos dados (uso de formatos abertos, metadados padronizados, etc.):

7. Indique fontes para verificação das informações do projeto:

DECLARAÇÃO: "Atesto a veracidade das informações descritas neste FORMULÁRIO DE PROJETO e me declaro ciente que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei".

Assinatura do(a) Representante Legal
CPF: